

CORREIO VALE PARAÍBA



Município é apontado como referência em políticas públicas

Educação de Volta Redonda é premiada pelo MEC

O ensino básico municipal de Volta Redonda conquistou a categoria Ouro na primeira edição do Selo Nacional Criança Alfabetizada 2024 – iniciativa do Ministério da Educação (MEC) desenvolvida dentro do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que reconhece secretarias de

educação estaduais, municipais e distrital com boas práticas no âmbito da política. O resultado preliminar foi divulgado no último dia 22, e nesta primeira edição o processo contou com a participação dos 26 estados e do Distrito Federal, além de 4.578 municípios brasileiros.

Critérios do prêmio

O Selo é dividido em três categorias: Ouro, Prata e Bronze. O projeto busca reconhecer o compromisso dos municípios em alfabetizar todas as crianças, assegurando igualdade de acesso e

oportunidades. A iniciativa também analisa e reflete sobre as realidades educacionais, além de fortalecer as ações colaborativas para as políticas públicas de alfabetização.

Avaliação e entrega

A avaliação inclui critérios como a implementação de políticas de formação continuada de professores e gestores, que reforça o trabalho contínuo realizado pelas escolas, dire-

tores, professores, pessoal de apoio e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação. A cerimônia de entrega do selo acontecerá em Brasília em data a ser definida pelo MEC.



Exposição pode ser visitada gratuitamente

Angra dos Reis recebe mostra sobre o jongo do Bracuí

A exposição "Entre roda e raiz: jongo do Quilombo do Bracuí", atualmente em cartaz na Casa de Cultura Poeta Brasil dos Reis, em Angra dos Reis, promove uma imersão na cultura ancestral do "Jongo" - manifestação artística do Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Organizada em conjunto com a comunidade do Bracuí, a mostra

apresenta fotografias de pessoas em plena vivência do Jongo. Flâmulas presentes no local recriam a formação da roda, e os tambores originais utilizados nas rodas do Bracuí também estão em exibição. O horário para a visita é gratuita de das 10h às 19h, de segunda a sexta, e das 11h às 16h aos sábados, domingos e feriados.

Filosofia da exposição

Promovida pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, a mostra visa revelar e valorizar a riqueza cultural de um povo que mantém suas tradições vivas. O secretário municipal de Cultura e Patrimônio, Andrei Lara, acredita que a exposição é essencial para o fortalecimento da cultura

quilombola da cidade. "Reforçar a importância do jongo do Quilombo do Bracuí aos angrenses, por meio de uma exposição conectada com a ancestralidade dos quilombolas, é ajudar a não deixar que uma história marcada por escravidão, resistência e liberdade seja esquecida".

Academia da Saúde no Padre Josimo

O bairro Padre Josimo, em Volta Redonda, receberá a construção de uma unidade da Academia da Saúde na localidade. O imóvel será construído na Rua 1, no terreno onde ficava a Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), que funciona atualmente na Rua 15. A nova Acade-

mia ficará ao lado do campo de futebol – criando, assim, uma praça de lazer integrada e acessível, conectando-se ao campo de futebol e oferecendo áreas adequadas e dedicadas a atividades físicas e de lazer, promovendo saúde e bem-estar para a população local.

Senado pede o fim de ação sobre Usiminas no Supremo

Alegação é de que disputa entre siderúrgicas não cabe ao STF

Por Alex Sabino (Folhapress)

Assim como a Casa Civil, o Senado Federal considera que a disputa entre CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e Ternium por causa da Usiminas não é assunto para o STF (Supremo Tribunal Federal). Mas o parecer do Legislativo vai além: questiona a legitimidade da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil) para interferir na briga.

A AEB entrou com ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no STF pedindo para o Supremo esclarecer a legislação sobre a alienação de controle em sociedades anônimas. Também solicita que seja considerada constitucional a interpretação da CVM. Esta é, na disputa pela Usiminas, favorável à Ternium, do grupo italo-argentino Techint.

Para o Senado, a associação não deve pedir a ADIN porque "tem em seus quadros associados pessoas físicas e jurídicas que não necessariamente exercem atividade econômica correlata ao comércio exterior."

Por isso, solicita que a AEB não seja considerada legítima para solicitar a ação e que esta seja indeferida.

A Associação também não teria, segundo o documento enviado ao STF, um "elemento unificador" como entidade de classe de âmbito nacional para fazer a solicitação ao Supremo.

"A análise detida dos trechos do Estatuto parece descharacterizar a homogeneidade alegada pela autora a partir do referido elemento unificador, especialmente porque a admissão como associado da AEB não está adstrita aos que exercem a atividade econômica do comércio exterior, mas, pelo contrário, a admissão pode ocorrer mediante mero aporte financeiro voltado para a entidade", diz o documento produzido pelo Senado.

Consultada pela Folha de S.Paulo, a AEB não se manifestou.

Pessoas ligadas à associação consideraram pouco usual o parecer do Senado, já que faz um juízo de valor quando deveria, de acordo com ela, apenas



Senado alega que ação da Associação de Comércio Exterior não deve ser reconhecida

explicar o trâmite do processo legislativo. Dizem que há jurisprudência de que a entidade tem direito a participar de ações como essa, em decisão anterior proferida pelo ministro Alexandre de Moraes.

O centro da disputa entre CSN e Ternium é a definição sobre o que seria alienação de controle de uma empresa.

A Ternium entrou no grupo de controle da Usiminas em 2012 ao comprar a participação da VBC e Energia e da Votorantim. Também adquiriu parte da Previdência Usiminas e chegou a 27,66% das ações ordinárias. O grupo majoritário passou a ser o Nippon, com 29,45%.

A CSN acusou o grupo italo-argentino de assumir o comando da siderúrgica carioca de forma disfarçada, graças a um acordo, segundo ela, fraudulento com a Nippon. A Ternium sempre negou isso e disse que entrou no bloco de controle, mas não o exerce. Com isso, evitou uma OPA (Oferta Pública de Ações), em que o comprador tem de fazer proposta para comprar os papéis dos minoritários.

A CVM considerou que a Ternium tem razão e negou, repetidas vezes, recursos da CSN. Para a autarquia, a alienação de controle, prevista no artigo 254-A da Lei das S/A, apenas acontece se um novo ente tiver maioria das ações com direito

a voto, dominar o conselho de administração e escolher sozinho o diretor-presidente da companhia. Diz que esses requisitos não foram preenchidos no caso da Usiminas.

Mudança de rumo

A CSN perdeu em todas as instâncias da justiça paulista, mas o caso mudou de rumo após a apresentação de embargos de declaração (expediente protelatório ou usado para dirimir dúvidas) no STJ (Superior Tribunal de Justiça). O Tribunal decidiu, em julgamento no ano passado, que a Ternium havia alienado o controle da Usiminas sem fazer a OPA. Determinou uma indenização à CSN de R\$ 5 bilhões.

Com o argumento de insegurança jurídica e de que um entendimento consagrado pela CVM foi alterado, a AEB pediu a ADIN ao STF. O caso ficou com o ministro André Mendonça. Outras cinco entidades solicitaram entrar na causa como "amigas da corte", com direito a acompanhar as deliberações e ter voz nas audiências. Todas ressaltavam a preocupação com a perda de investimentos no país com a mudança de interpretação da lei.

O Senado também deu parecer que o assunto não deve ser deliberado pelo STF porque não se trata de tema constitucional.

"A obrigatoriedade de realização da oferta pública de aquisição tampouco tem assento constitucional, sendo uma opção do legislador infraconstitucional, afirmaram Luiza Deretti Martins e Mateus Fernandes Vilela Lima, advogados do Senado que assinam o documento.

Isso significa que o assunto teria de ser definido pelo STJ, que deu ganho de causa à CSN. Foi o mesmo entendimento manifestado na semana passada pela Casa Civil.

A AEB considera sua ação 100% procedente, já que pede que seja esclarecida qual a interpretação de uma lei de acordo com a Constituição e que, como a OPA é uma regra extraordinária, deve ser analisada de acordo com a Carta Magna.

Também a pedido de Mendonça, a Câmara dos Deputados emitiu parecer. Não pediu indeferimento ou considerou ilegítimo o pedido da AEB. Mas ressaltou, no histórico da Lei das S/A, emenda de 2001 que fala na necessidade "de se conferir maior segurança jurídica aos acionistas, em face das constantes reestruturações societárias que, em muitas ocasiões, trazem embutidas verdadeiras alienações de controle".

A CSN viu nisso uma mensagem positiva à sua demanda.

Alta temporada de navios impacta positivamente a economia de Angra

Divulgação PMAR



Milhares de turistas desembarcam em Angra nessa época

A temporada de navios já começou em Angra dos Reis e está impactando positivamente a economia da cidade. No último domingo (24) a visita do transatlântico Seaview, com 4.300 pessoas a bordo, movimentou Angra. De acordo com a TurisAngra, cerca de três mil passageiros desembarcaram na Estação Santa Luzia, no centro da cidade, com o objetivo de conhecer um pouco mais das belezas naturais e da história do município.

– Já estamos na temporada de navios, que neste ano será bem longa, indo até o mês de abril. Teremos mais de 50 paradas aqui em Angra dos Reis, e domingo pudemos ver o Cais de Santa Luzia lotado, com muita gente fomentando o comércio. É isso que queremos: um turismo próspero para a cidade – destacou o presidente da TurisAngra, Marc Orichon.

O Seaview foi o quinto navio a parar em Angra dos Reis nesta temporada, sendo o ter-

ceiro no continente. A expectativa é de que até abril de 2025, 54 transatlânticos visitem a cidade. Na temporada anterior, mais de 190 mil turistas desembarcaram no município. Agora a expectativa é de aumentar esse número, ultrapassando os 210 mil visitantes.

O desembarque dos turistas influencia significativamente no comércio e na economia da cidade. No total, a TurisAngra estima uma injeção de R\$ 140 milhões na economia local com os navios. De acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atualmente, o impacto

econômico direto, indireto e induzido é de R\$ 668,00 por passageiro no local de desembarque.

Com paradas previstas na Ilha Grande e no continente, muitos turistas aproveitam o desembarque para realizar passeios pelas praias e ilhas, além de conhecer pontos turísticos da cidade como a Casa da Cultura, Casa Larangeiras e Convento São Bernardino de Sena, entre outros.

– Essa temporada vem para reforçar o destaque que a cidade vem ganhando com os turistas. Com o clima favorável e muitas de belezas naturais, Angra dos Reis já está consolidada como um dos destinos preferidos no roteiro de cruzeiros pelo litoral brasileiro. Vimos que muitos visitantes que chegam a cidade durante a parada do navio voltam em outra oportunidade para conhecer e também aproveitar um pouco mais em Angra – explica o presidente da TurisAngra.